



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-
2034 (PL 2614/24)

EMENDA Nº ____ / 2025

Emenda Modificativa ao PNE, referente
à Estratégia 16.3 do Anexo do Projeto de
Lei.

Art.1º . A Estratégia 16.3 do Objetivo 16 do Anexo do Projeto de Lei passa a ter a
seguinte redação:

“Estratégia 16.3. Fortalecer as políticas de avaliação, de regulação e
de supervisão dos cursos de formação docente, com base **nos**
Princípios de Abidjan e na instituição de padrão de qualidade de
oferta e de mecanismos de monitoramento específicos, com o
objetivo de assegurar a qualidade das licenciaturas, inclusive
aquelas ofertadas na modalidade de ensino a distância.”





JUSTIFICATIVA

Ao incorporar explicitamente os Princípios de Abidjan como referência para a regulação e supervisão dos cursos de formação docente, fortalece o alinhamento do Brasil com os marcos internacionais de direitos humanos na educação. Como demonstram as referências, esses princípios - reconhecidos por instâncias como ONU, UNESCO e sistemas regionais de direitos humanos - oferecem diretrizes claras para equilibrar a atuação estatal e privada, garantindo que a oferta educação infantil preserve o caráter público e a qualidade educacional como direitos fundamentais.

Esta alteração qualifica a estratégia ao vincular o aperfeiçoamento normativo nacional a parâmetros internacionalmente validados para a proteção do direito à educação contra a mercantilização. <https://www.abidjanprinciples.org/>

Esta emenda está sendo apresentada por sugestão da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, juntamente com 17 entidades que compuseram a construção de seu caderno de emendas: Ação Educativa, ActionAid, Fineduca, CEDECA-CE, CNTE, Mieib, MST, REPU, Uncme, Undime, ÔAÉ, Fonec, Cátedra Unesco da UnB, IDDH, Aprendiz, AUE, ObsEM.

Sala da Comissão, 16 de Maio de 2025

Deputada Sâmia Bomfim
PSOL/SP

